

ASPECTOS GERAIS

FALÊNCIA

- Igualdade entre credores
- Exclusão de empresários com insucesso
- Mecanismo de controle da economia
- Aplica-se a { empresário
sociedade empresária
(Devedores civis = Concurso de credores)



NOVIDADE!

(Lei 14.112/2020)

No caso do produtor rural em seu período não empresarial, somente estarão sujeitos à recuperação judicial os créditos que decorram exclusivamente da atividade rural, ainda que não vencidos.

- Mais vantajoso que o concurso de credores, pois:
 - Há possibilidade de a empresa se recuperar
 - As obrigações do falido são extintas mesmo que as dívidas não sejam totalmente quitadas.

PRINCÍPIOS DA FALÊNCIA

- *Par conditio creditorum*: todos os credores devem ter igualdade de condições para receber seus créditos.
- **Vinculação patrimonial**: todos os bens e direitos do devedor ficam afetados para o pagamento dos credores.
- **Maximização dos ativos**: deve-se visar o maior montante possível.

Preservar e otimizar a utilização dos bens ativos recursos } produtivos
Inclusive intangíveis

- **Celeridade e economia processual** (+ universalidade do juízo falimentar, publicidade, etc.)

falência
FALÊNCIA


FALÊNCIA x RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FALÊNCIA	RECUPERAÇÃO JUDICIAL
<ul style="list-style-type: none">= Fim da atividade <p>O devedor perde o direito de administrar seus bens e deles dispor</p>	<ul style="list-style-type: none">= Possibilidade de continuidade da atividade <p>O devedor e administradores são mantidos. (Sob fiscalização do comitê, se houver, e do administrador judicial)</p>

APLICAÇÃO DA FALÊNCIA

- Devedor empresário
- Insolvência
- Sentença declaratória da falência



- Aplica-se a
 - empresário
 - sociedade empresária
- A Lei de Falências **não** se aplica a:  **DECORE!**
 - Sociedades simples
 - Cooperativas
 - Consórcios
 - Cooperativas de crédito
 - Instituições financeiras
 - Operadoras de plano de saúde
 - Sociedades de capitalização
 - Profissionais liberais
 - Empresas públicas
 - Seguradoras
 - Sociedades de economia mista
 - Sociedades de advogados
 - Entidades de previdência complementar

FALÊNCIA

OBJETIVOS DA FALÊNCIA



NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, **visa** a:

- **Preservar e a otimizar** a utilização dos recursos produtivos (inclusive os intangíveis, da empresa)
- Permitir a **liquidação célere** das empresas inviáveis, com vistas à **realocação eficiente** de recursos na economia
- **Fomentar o empreendedorismo**
 - inclusive por meio da viabilização do retorno célere do empreendedor falido à atividade econômica.

A falência é mecanismo de **preservação de benefícios econômicos e sociais** decorrentes da atividade empresarial, por meio da **liquidação imediata** do devedor e da **rápida realocação** útil de ativos na economia.

PRESSUPOSTOS PARA A FALÊNCIA

INSOLVÊNCIA

- Passivo a descoberto (Passivo > Ativo)
- Tem caráter **jurídico** (Não econômico)

REQUISITOS

1. Impontualidade injustificada:
 - **Sem** relevante razão de direito,
 - Não paga no vencimento,
 - Obrigação **líquida**,
 - Materializada em **título** executivo **protestado**,
 - Cujas soma ultrapasse **40 salários** mínimos

→ **Não** se aplica se provado:

 - Falsidade de título
 - Prescrição
 - Pagamento
 - Extinção/suspensão da obrigação
 - Vício no protesto/instrumento
 - Pedido de recuperação judicial
 - Cessações das atividades empresariais > 2 anos antes do pedido de falência.

SÚMULA 248 - STJ DECORE!

"Comprovada a prestação dos **serviços**, a **duplicata** não aceita, mas **protestada**, é **título hábil** para instruir pedido de falência."

falência

2. Atos "suspeitos"
Atos de falência: (**Exceto** se parte do plano de recuperação judicial)
 - Liquidação antecipada dos ativos (Ou por meios fraudulentos)
 - Realiza negócios simulados ou alienações para fraudar credores
 - Simula transferência de seu principal estabelecimento
 - Ausenta-se sem deixar representante, abandona o estabelecimento
 - Deixa de cumprir o plano de recuperação judicial.
3. Execução frustrada:
 - Qualquer quantia líquida (sem valor mínimo)
 - Não

Paga
Deposita quantia
Nomeia bens à
penhora

JUÍZO FALIMENTAR

INDIVISÍVEL

- Em regra, todas as ações referentes a bens, interesses e negócios } serão julgadas por ele

EXCEÇÕES

1. Causas **trabalhistas** (Até o encerramento do processo de conhecimento)
2. Causas **fiscais**
3. Ações que demandem quantias **ilíquidas**
4. Em que o falido seja **autor/litisconsorte ativo**, não reguladas na LRE.

UNIVERSAL

- = Regra única para os **credores**.
(Todos submetem-se ao mesmo juízo)

FORO PARA AJUIZAMENTO

- = Juízo do local do **principal estabelecimento** do devedor ou **filial** de empresa com sede no exterior.

falência

ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA

- **Magistrado:**
 - Conduz o processo falimentar
 - Pode autorizar venda antecipada de bens
 - Nomeia o administrador judicial e aprova suas contas
- **Ministério Público:**
 - Age como fiscal da lei
- **Órgãos de falência:**
 - Administrador judicial
 - Comitê de credores
 - Assembleia geral de credores

POLO ATIVO

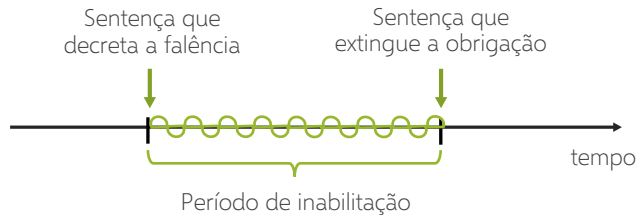
- Podem **requerer** a falência do devedor:
 - O próprio devedor (= autofalência)
 - Cônjuge sobrevivente
 - Quotista ou acionista
 - Herdeiro
 - Inventariante
 - "Qualquer credor" (Se credor for empresário, deve comprovar sua regularidade) (literalidade)

DESISTÊNCIA DA AÇÃO PELO AUTOR:

- **Antes** do oferecimento de contestação pelo devedor: poderá desistir da ação, **sem o consentimento** deste
- **Após** —> somente com o **consentimento** do devedor.

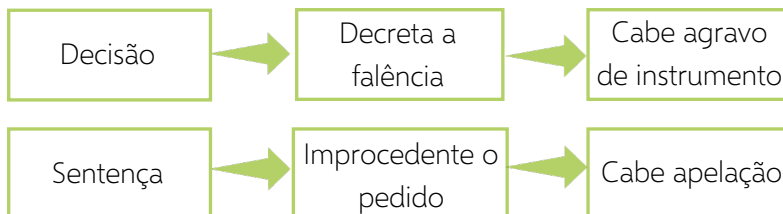
EFEITOS DA SENTENÇA

- Resulta na:
 - **Falência dos sócios** com responsabilidade **ilimitada**.
Sujeitam-se aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade
 - Perda do **direito** do devedor de **administrar** seus **bens** ou deles dispor.
 - **Inabilitação** do devedor para atividades empresariais:



💡 NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica.




FALÊNCIA
= SENTENÇA DECLARATÓRIA =

- A sentença deve, também:
 - Fixar o **termo legal** da falência
 - **Suspender todas as ações/ execuções** contra o falido
 - Proibir a prática de qualquer ato de disposição/ oneração de bens do falido
 - Ordenar ao registro que proceda à anotação da falência – “**falido**”
 - ordenará a **intimação eletrônica**, respectivamente, do MP e das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, DF e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência.
💡 NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

Decretada a quebra ou convalidada a recuperação judicial em falência, o **administrador deverá**, em até 60 dias, contado do termo de nomeação, **apresentar ao juiz plano detalhado de realização dos ativos**. (Lei 14.112/2020)
 (inclusive com a estimativa de tempo não superior a 180 dias)
 a partir da juntada de cada auto de arrecadação.


TERMO LEGAL DA FALÊNCIA


- = Lapso temporal **anterior** à decretação da falência em que os **atos** praticados pelo devedor podem vir a ser considerados **ineficazes**.
 - Período máximo = **90 dias** do
 - Pedido de falência
 - Pedido de recuperação jud.
 - Protesto por falta de pagamento
 - Fixado pelo juiz
- Ainda que o contratante **não saiba** da crise econômico-financeira do devedor
- Ainda que a **intenção** do devedor não seja fraudar credores
- Podem ser **ineficazes** em relação à **massa falida**:
 1. Pagamento de dívidas **vincendas**
 2. Pagamento de dívidas **vencidas** e **exigíveis** por forma **não prevista** em contrato
 3. Constituição de **direito real** de **garantia** de dívida contraída **anteriormente**.
 4. Prática de **atos gratuitos** (Até **2 anos** antes da decretação da falência)
 5. Renúncia a **herança/legado** (Até **2 anos** antes da decretação da falência)
 6. **Venda/transferência** de **estabelecimento** sem consentimento expresso ou pagamento de todos os credores (Se não restarem bens suficientes)
 7. Transações envolvendo **imóveis**. (Salvo se tiver havido prenotação anterior)

Nenhum dos atos acima que tenha sido previsto e realizado conforme o plano de recuperação judicial ou extrajudicial será declarado ineficaz ou revogado.  **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

FALÊNCIA

SUSPENSÃO DAS AÇÕES **NOVIDADE!**

- Decretação da **falência** ou deferimento da **recuperação judicial** suspende o curso da **prescrição** de todas as ações e execuções em face do devedor sujeitas ao regime da Lei 14.112/2020 (excluem-se, por exemplo, os créditos trabalhistas e tributários)
 -  **Inclusive** aquelas dos **credores particulares** do **sócio solidário**.
- Decretação da **falência** ou deferimento da **recuperação judicial** suspende o curso da **prescrição** de todas as ações e execuções em face do devedor.

Na recuperação judicial, a suspensão não excederá a 180 dias do deferimento **prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com o atraso.**  **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

falência

= ADMINISTRADOR JUDICIAL =

ASPECTOS GERAIS

= É um auxiliar do juiz



ATENÇÃO!

Não há administrador judicial na recuperação extrajudicial!

- É **preferencialmente**:
 - Advogado
 - Pessoa jurídica autorizada
 - Administrador
 - Contador
- **Remuneração** fixada pelo juiz, observado:
 - Capacidade de pagamento do devedor
 - Complexidade do trabalho
 - Valores de mercado



Créditos devidos ao administrador judicial e seus auxiliares serão **extraconcursais**.



NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao **limite de 2%**, no caso de, bem como na hipótese de microempresas, empresas de pequeno porte e produtor rural pessoa física.

FUNÇÕES

- Na **falência**: administra a sociedade (O devedor é afastado)
- Na **recuperação judicial**: fiscaliza as atividades da empresa e o cumprimento da recuperação judicial



NOVIDADE!

- A Lei 14.112/2020 ampliou o rol de funções do Administrador.
- **Destaques**:
 - **Fiscalização das negociações** entre devedor e credor
 - Deliberações na assembleia-geral de credores por meio de **parecer nas recuperações de empresas**.
 - Na **falência**:
 - Apresentação de **termo de realização dos ativos em 60 dias** de seu termo de nomeação
 - **Venda dos bens arrecadados** no prazo de:
 - 30 dias —> despesas do processo
 - 180 dias —> todos os bens,(contados do termo de arrecadação)

ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

- = Órgão colegiado → delibera sobre matérias que **afetam** os interesses dos **credores**.
- Presidida pelo administrador judicial

CLASSES DE CREDORES

- Titulares de créditos:
 1. Derivados da legislação do trabalho ou de acidentes de trabalho
 2. Com garantia real
 3. Quirografários + subordinados
 4. Enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Quóruns

- { 1ª convocação: > ½ créditos de cada classe
- { 2ª convocação: qualquer quantidade

Aprovação: > ½ votos presentes

(Regra geral) (Voto proporcional ao crédito)

DELIBERAÇÕES E VOTOS -NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

Qualquer deliberação da assembleia-geral de credores poderá ser substituída, com idênticos efeitos, por:

- Termo de adesão (respeitado o quórum de aprovação específico)
- Votação realizada por meio de sistema eletrônico;
- Outro mecanismo reputado suficientemente seguro pelo juiz

COMITÊ DE CREDORES

- É facultativo (Se não existir, o administrador/juiz exercerá suas atribuições)
- Composição:

1 representante indicado por cada uma das seguintes classes de credores:

- Trabalhistas
- Com garantia real + privilégio especial
- Quirografários + privilégio geral
- Enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

- Principais atribuições:

- Fiscalizar atividades e examinar as contas do administrador judicial
- Zelar pelo bom andamento do processo e cumprimento da lei.

falência
= ÓRGÃOS DE FALÊNCIA =

Essas deliberações serão fiscalizadas pelo administrador judicial.

emitirá parecer sobre sua regularidade, previamente à sua homologação judicial.

(independentemente da concessão ou não da recuperação judicial)

FALÊNCIA

ORDEM DE PREFERÊNCIA DOS CRÉDITOS



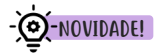
1. Créditos **extraconcursais** (Surgem no decorrer da falência)
2. Créditos da legislação **trabalhista** e (≤ 150 salários mínimos por credor) de acidentes do trabalho
3. Créditos gravados com **garantia real** (Até o limite do bem gravado)
4. Créditos **tributários** (Ressalvadas as multas e os extraconcursais)
5. Créditos **quirografários**
6. **Multas** contratuais {
+ penas pecuniárias { penais
administrativas
tributárias
7. Créditos **subordinados**
8. **Juros vencidos** após a decretação da falência - **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

Créditos **quirografários**:

- aqueles **não previstos** na lista ao lado
- incluem os antigos com **privilégio real ou especial**
- os saldos dos créditos **não cobertos pelo produto da alienação dos bens** vinculados ao seu pagamento
- os saldos dos créditos derivados **da legislação trabalhista que excederem 150 salários mínimos** (Lei 14.112/2020)

Créditos **subordinados**:

- os assim previstos em **lei ou em contrato**;
- os créditos dos **sócios e dos administradores** sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado;



FALÊNCIA

ALIENAÇÃO DOS ATIVOS

💡 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

Será por uma das modalidades

- leilão
 - Eletrônico
 - Presencial
 - Híbrido
- **processo competitivo** organizado promovido por agente especializado e de reputação ilibada
- qualquer **outra modalidade**, desde que aprovada pela assembleia de credores

Frustrada a tentativa de venda dos bens da massa falida e não havendo proposta concreta dos credores para assumi-los, eles poderão ser destinados à **doação**.

Se não houver interessados na doação, os bens serão devolvidos ao falido.

LIQUIDAÇÃO

Realização do ativo (venda)

Pagamento do passivo

Tem início independentemente da formação do quadro geral

O **adquirente** do estabelecimento no processo falimentar está **livre de responsabilidade** por dívidas anteriores de qualquer natureza

ORDEM DE LIQUIDAÇÃO DO ATIVO

1. Alienação da **empresa**, com venda dos **estabelecimentos** em bloco.
2. Alienação da **empresa**, com venda de suas **filiais** ou **unidades** produtivas isoladamente.
3. Alienação em **bloco dos bens** de cada estabelecimento.
4. Alienação dos **bens individualmente**.

FALÊNCIA

CRÉDITOS

Com base nos livros e documentos do devedor

Verificação dos créditos

Administrador judicial

Habilitação do crédito

Credor

Deve apresentar sua habilitação ou divergência em até **15 dias** da publicação do **edital**.

RATEIO NA FALÊNCIA



NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

- Deverá ser formado **quadro-geral de credores**,
 - = créditos não impugnados constantes do edital
 - + julgamento de todas as **impugnações apresentadas no prazo**
 - + julgamento realizado **antes** das habilitações de crédito recebidas como **retardatárias**.
- Habilitações retardatárias** não julgadas = reserva do valor controvertido, mas **não impedirão o pagamento da parte incontroversa**.

RESTITUIÇÃO DE BENS DE TERCEIROS

- O proprietário pode **pedir restituição** de seus bens que estiverem em poder do devedor na data de decretação da **falência**.
- Também pode ser **pedida a restituição**: **CAI MUITO!**
 - De **coisa vendida a crédito entregue** ao devedor nos **15 dias** anteriores ao requerimento da falência.
 - ↪ Ou o seu valor em dinheiro, se o bem não mais existir.
 - Do **adiantamento** a contrato de **câmbio** para exportação.
 - De **valores entregues** pelo contratante de **boa-fé**, no caso de revogação ou ineficácia do contrato.

⚠ ATENÇÃO!

Ainda que o **quadro-geral de credores não esteja formado**, o **rateio** de pagamentos na falência **poderá ser realizado** desde que a classe de credores a ser satisfeita já tenha tido todas as impugnações judiciais apresentadas no prazo previsto.

falência

ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA

Concluída a realização do ativo e o pagamento dos credores

Relatório do administrador judicial

Juiz encerra a falência por sentença

- O **prazo prescricional** das obrigações do falido **recomeça** a correr do dia que **transitar em julgado** a **sentença** de encerramento da falência.
- Se **prescritas ou extintas as obrigações** → o sócio de responsabilidade **ilimitada** poderá **requerer** que seja declarada por sentença a **extinção de suas obrigações** na falência.

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO



Se houver:

- Pagamento de **todos** os créditos
- Pagamento de mais de **25%** dos créditos **quirografários**, após realizado todo o ativo
(É facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem)
- Decurso de **3 anos** da decretação da falência
(Ressalvado o uso dos bens arrecadados anteriormente, que serão destinados à liquidação para a satisfação dos credores)
- O **encerramento da falência**

A sentença que declarar extintas as obrigações do falido só poderá ser **rescindida por ação rescisória**,

- a pedido de **qualquer credor**
 - caso o falido tenha **sonegado**
 - bens
 - direitos ou
 - rendimentos
- anteriores ao requerimento da extinção.

OBJETIVO

Para evitar a falência!

= Viabilizar a **superação** da situação de **crise** econômico-financeira do devedor.

- Manutenção de:
 - Fonte produtora
 - Emprego dos trabalhadores
 - Interesses dos credores

PROMOVE:

Preservação da empresa

- + Função social
- + Estímulo à atividade econômica

SUJEITO ATIVO

= Empresário ou sociedade empresária
Cumprir os requisitos legais (Detalhes no mapa seguinte.)

IMPORTANTE

- Ocorre no âmbito extrajudicial, mas o **juiz** a **homologa**. (Homologação pode ser facultativa, se de comum acordo, ou obrigatória.)
- **Não impede** a **negociação** entre o devedor e os credores ou a realização de outras modalidades de **acordos** privados.

MEIOS DE RECUPERAÇÃO

- Lista **exemplificativa** no **art. 50** da L.R.E.
- Exemplos importantes:
 - Prazos/condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e vincendas
 - Cisão, incorporação, transformação...
 - Alteração do controle societário
 - Aumento do capital social
 - Substituição dos administradores
 - Trespasse/arrendamento do estabelecimento
 - Constituição de sociedade de credores
 - Venda parcial de bens
 - Emissão de valores mobiliários

 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

- Conversão de **dívida em capital social**

- **venda integral** da devedora

desde que **garantidas** aos credores não submetidos ou não aderentes **condições**, no mínimo, equivalentes àquelas que teriam na falência.

RECUPERAÇÃO
JUDICIAL

RECUPERAÇÃO JUDICIAL = REQUISITOS =

REQUISITOS SUBJETIVOS



1. Exercer **regularmente** a atividade empresária há mais de **2 anos**.
2. Não ser **falido**. (Ou, se foi, teve seus efeitos extintos.)
3. Não ter obtido **recuperação judicial** nos últimos **5 anos**.
4. Não ter sido condenado por **crime falimentar**.
5. Não ter sócio ou administrador condenado por **crime falimentar**.
6. Não estar pendente pedido de **recuperação judicial** ou ter obtido homologação de outro plano de **recuperação extrajudicial** há menos de **2 anos**.



Se **companhia aberta**, serão obrigatórios a formação e o funcionamento do **conselho fiscal**, enquanto durar a fase da recuperação judicial.

(Lei 14.112/2020)

REQUISITOS OBJETIVOS

1. Não prever o **pagamento antecipado** de nenhuma dívida.
2. Dar **tratamento igualitário** aos credores.
3. Só abranger créditos constituídos até a **data do pedido**.
4. **Consentimento** de credor garantido para **alienação/supressão/substituição** de garantia real.
5. Não conceder afastamento de **variação cambial** sem anuência do credor.

APLICAÇÃO

- **Regra:** aplica-se a **todos os créditos** existentes à data do pedido.
 Ainda que não vencidos!
- **Não se aplica:**
 1. Créditos **tributários**. *
 2. Créditos **trabalhistas** e de acidente de trabalho.
 3. Credor proprietário **fiduciário**.
 4. Credor arrendador mercantil, proprietário ou promitente vendedor de **imóvel** cujos contratos tenham cláusula de **irrevogabilidade** ou **irretratabilidade**.
 5. Credor de **adiantamento** de contrato de **câmbio**.
 6. Recursos de **Crédito Rural** da Lei 4.829/65  **NOVIDADE!**
 7. **Crédito e garantia** relativo à dívida:
 - constituída nos **3 últimos anos anteriores** ao pedido de recuperação judicial e
 - **contraída** para **aquisição de propriedades rurais**, bem como as respectivas garantias.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



NOVIDADE! (Lei 14.112/2020)

No caso de **atividade rural** por pessoa física ou jurídica, somente estarão sujeitos à recuperação judicial os **créditos que decorram exclusivamente da atividade rural**, ainda que não vencidos.



CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

- **Não** estão sujeitos à recuperação.
- A literalidade da **lei de falências** exige a apresentação de **certidão negativa de débitos** para concessão da recuperação.

LEI 13.043/2014


O empresário com recuperação judicial pleiteada/deferida poderá **parcelar** seus créditos tributários em até **84 vezes**.

APRESENTAÇÃO PELO DEVEDOR

- Deve ser apresentado em até **60 dias** da publicação da decisão que deferiu a recuperação.

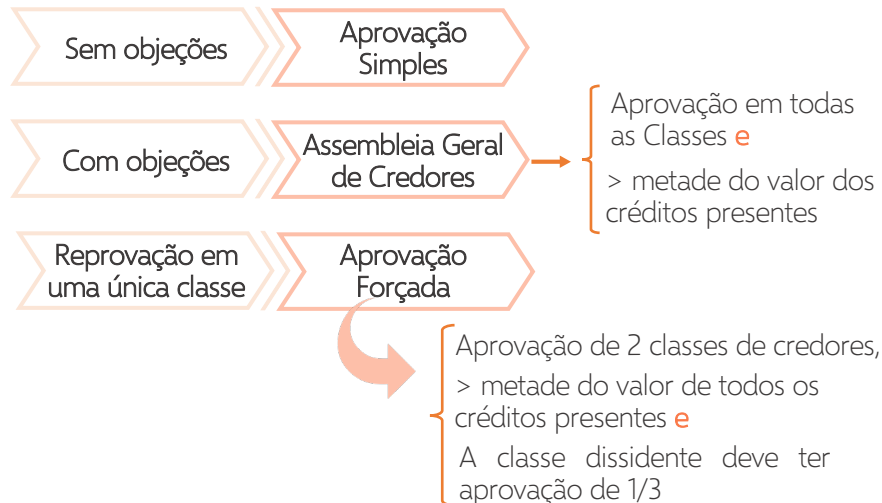
Se perder o prazo: convalidação em falência

PLANO PROPOSTO PELOS CREDORES

- Caso haja **rejeição** do plano → os credores podem apresentar um próprio em **até 30 dias**
- Poderá prever a **capitalização dos créditos**, inclusive com a consequente **alteração do controle da sociedade** devedora.  **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

permitido o exercício do direito de retirada pelo sócio do devedor.

APROVAÇÃO (Se rejeitado, o juiz decretará a falência do devedor)



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

= PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL =

CRÉDITOS TRABALHISTAS

- O plano não pode prever **prazo > 1 ano** para o pagamento dos créditos de: **trabalho ou acidentes de trabalho** (vencidos até o pedido de recuperação judicial)

 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

Esse prazo poderá ser **estendido** em até **2 anos**, se o plano de recuperação judicial atender aos seguintes requisitos, **cumulativamente**:

- apresentação de **garantias** julgadas suficientes pelo juiz;
- aprovação pelos credores** titulares de créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho;
- garantia da integralidade do pagamento** dos créditos trabalhistas.

FORO PARA PEDIR A RECUPERAÇÃO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

= Juízo do local do **principal estabelecimento** do devedor ou **filial** de empresa com sede no exterior.

↪ Não necessariamente será a **matriz**! ⚠ ATENÇÃO!

💡 **NOVIDADE!** (Lei 14.112/2020)

Caso a constatação prévia demonstre que o **principal estabelecimento** do devedor **não** se situa na área de competência do juízo, o juiz deverá determinar a **remessa dos autos**, com urgência, ao juízo competente.

DISPOSIÇÕES IMPORTANTES

- **Valor da causa** = montante total dos créditos sujeitos à recuperação judicial.
- O juiz pode, se achar necessário, nomear **profissional** de sua confiança para **verificar** as reais condições de:
 - **funcionamento** da requerente
 - regularidade e completude da **documentação** apresentada

↪ Caso haja indícios de fraude, o juiz poderá indeferir a petição inicial, sem prejuízo de oficiar ao Ministério Público

CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA

1. Deliberação da **assembleia geral** de credores.
 2. **Não apresentação** do plano de recuperação no prazo.
 3. **Rejeição** do plano de recuperação.
 4. **Descumprimento** de qualquer obrigação do plano de recuperação.
- **Não** impede a decretação de falência por inadimplemento de **obrigação não sujeita** à recuperação judicial.
 - Os credores terão **reconstituídos** seus direitos e garantias nas condições **originalmente contratadas**.

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL



REQUISITOS

REQUISITOS SUBJETIVOS

1. Exercer **regularmente** a atividade empresária há mais de **2 anos**
2. Não ser **falido** (ou, se foi, teve seus efeitos extintos)
3. Não ter obtido **recuperação judicial** no últimos **5 anos**
4. Não ter sido condenado por **crime falimentar**
5. Não ter { sócio ou administrador } sido condenado por **crime falimentar**
6. Não estar pendente pedido de **recuperação judicial** ou ter obtido homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de **2 anos**.

ASPECTOS GERAIS

- Ocorre no âmbito extrajudicial mas o **juiz a homologa**
(Homologação pode ser **facultativa**, se de comum acordo, ou **obrigatória**)
- **Não impede** a **negociação** entre o devedor e os credores ou a realização de outras modalidades de **acordos** privados.

NÃO SE APLICA A



1. Créditos **tributários**
2. Créditos **trabalhistas** e de acidente de trabalho
3. Credor proprietário **fiduciário**
4. Credor arrendador mercantil, proprietário ou promitente vendedor de **imóvel** cujos contratos tenham cláusula de **irrevogabilidade/irretratabilidade**
5. Credor de **adiantamento** de contrato de **câmbio**

REQUISITOS OBJETIVOS

1. **Não** prever o **pagamento antecipado** de nenhuma dívida
2. Dar **tratamento igualitário** aos credores
3. Só abranger créditos constituídos até a **data do pedido**
4. **Consentimento** de credor garantido para **alienação, supressão ou substituição** de garantia real
5. **Não** conceder afastamento de **variação cambial** sem anuência do credor.